

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS FIES E PROUNI

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS FIES E PROUNI

Klayton Lima Calvante Carvalho

Faculdade ITOP,
Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação - PPPGE - UFT
klayton.l.c.carvalho@hotmail.com

Sandra Maria Barbosa Silva

Faculdade ITOP,
Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação - PPPGE - UFT
sandramaria_29@hotmail.com

RESUMO: Ao longo dos anos, o governo, objetivando reverter o quadro de desigualdades apresentadas diante dos excedentes marginalizados socialmente, buscou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, buscando atender às aspirações da sociedade e diminuindo a desigualdade social. O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão acerca das políticas públicas para a juventude, especialmente o FIES e o PROUNI.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; juventude; ensino superior.

ABSTRACT: Over the years, the government has sought strategies to democratize access to higher education, seeking to meet the aspirations of society and reducing social inequality, aiming to reverse the inequalities presented in the face of socially marginalized surpluses. The objective of this work is to reflect on public policies for youth, especially FIES and PROUNI.

KEYWORDS: public policies; youth; higher education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a expansão da educação no ensino superior brasileiro está ligada aos investimentos realizados pelos governos nas esferas estadual, municipal e federal. Tais investimentos são, principalmente, para a ampliação do número de vagas.

Nesse contexto surgem os debates sobre as políticas públicas para a educação superior, dentre elas destacam-se o Financiamento Estudantil (FIES); o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO); o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR); o Programa Universidade para Todos (ProUni); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); e o Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA).

Neste artigo, o objetivo é apresentar uma discussão sobre as políticas públicas para acesso à educação superior, para refletir acerca das mudanças nessas políticas que estão impactando na entrada dos grupos contemplados.

Iniciaremos com uma abordagem acerca do conceito de políticas públicas, passando pelas políticas públicas no Brasil para o jovem, priorizando em nossa reflexão O FIES, o PROUNI e o acesso ao jovem ao ensino superior. Neste aspecto, o foco será a estruturação do FIES e do PROUNI e o impacto na educação brasileira, as mudanças ocorridas ao longo dos programas e os seus impactos.

O que são políticas públicas?

Para Boneti (2006 citado por BARROS 2014, p. 49), as políticas públicas são geradas a partir de um fato político que as provocam e, quando uma política pública atende a uma carência da realidade social que se institui num interesse comum, ela é gerada de um fato político e ao mesmo tempo origina outro. Em termos conceituais, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 16) afirmam que as políticas públicas referem-se a um

[...] campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real.

Desta forma, quando os governos promovem as mudanças no mundo real, conforme afirmação dos autores, ocorre a efetivação das políticas públicas. Bernardo (2001 citado por BARROS 2014, p. 49), por sua vez, defende que as políticas públicas são as formas mais visíveis da operação concreta do interesse coletivo, com suas diferenciações e segmentações internas. Lembra que as políticas públicas são criadas e estabelecidas pelos mais variados interesses, como, por exemplo, almejando o bem comum de um determinado grupo da sociedade, visando a interesses de grupos dominantes, entre outros.

Ao longo dos anos, o governo, objetivando reverter o quadro de desigualdades apresentadas diante dos excedentes marginalizados

socialmente, buscou estratégias para democratizar o acesso ao ensino superior, buscando atender às aspirações da sociedade e diminuindo a desigualdade social.

Algumas ações que possibilitaram a expansão da educação superior. Entre elas, citamos as que foram conquistadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). Segundo Costa, Francisco e Goto (2010 apud GHELERE, 2014, p. 42), o crescimento econômico a partir da industrialização exigiu trabalhadores cada vez mais qualificados, fazendo com que o governo direcionasse sua atenção à educação.

Na década de 1990, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, que definiu mudanças para o ensino superior público e privado, houve bastante mudanças, incluindo a obrigação indissociável, do ensino, pesquisa e extensão nas universidades. E mais: o ensino público ganhou mais autonomia, levando as instituições a administrar o seu próprio orçamento e realizar parcerias (público-privado).

Além disso, houve um crescimento considerável do número de instituições privadas e a determinação de que a União encaminhasse ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação - PNE.

O PNE ancora-se na legislação brasileira e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, diz que a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD), de 1996 (Lei n. 9.394/96), determina que a União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (AGUIAR, 2010, p. 709).

O Plano Nacional de Educação (2001-2010) foi aprovado e tem como objetivos e prioridades a elevação global do nível de educação da população, na melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, na redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação pública, e na democratização da gestão do ensino público (BRASIL, 2001), apresentando-se como caminho a ser trilhado pela educação.

Entretanto, reconhecem-se, houve dificuldades para o cumprimento de todas as ações que visam à melhoria da qualidade educacional. Diante dessas

questões, verificou-se que as metas e as estratégias previstas no PNE careciam de uma maior objetividade e respaldo social (GHELERE, 2014). Para Pinto (2002 apud GHELERE, 2014, p. 42):

O PNE assumiu responsabilidades financeiras que não condiziam com a realidade do país. De acordo com o autor, na época de sua promulgação, o investimento do PIB na educação era na ordem de 4%. Em contrapartida, para se alcançar as metas do PNE, seria necessário um investimento na ordem de 10% do PIB, o que certamente configuraria um grande desafio. Essas características fizeram com que fosse necessário estudar mais profundamente uma reconfiguração do ensino superior no país, embasando-se em um documento intitulado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Assim, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE foi aprovado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar a educação do país (BRASIL, 2007). No referido plano, são previstas ações que visam identificar com precisão os problemas que afetam a educação brasileira e, a partir deles, melhorar a sua qualidade, sendo constituído de mais de 40 programas.

Em relação às ações direcionadas à educação superior, destacamos: I) expansão da oferta de vagas, II) garantia de qualidade, III) promoção de inclusão social pela educação, IV) distribuição territorial e V) desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2007).

No art. 2º do projeto de lei do PNE (2011-2020) são apresentadas como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade socioambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação (BRASIL, 2013, p. 01).

A meta 12 do PNE visa elevar a taxa bruta de matrícula nas instituições de ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população entre 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Essa é uma das metas cruciais do PNE, uma vez que também não foi atingida no decênio 2001-2010. No intuito de ser concretizada, foram estabelecidas estratégias para contemplar os objetivos

propostos. Já a meta 20 do projeto de lei do PNE (2011-2020) objetiva ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do país (BRASIL, 2013, p. 19). Assim,

[...] todas as mudanças que vêm ocorrendo no cenário brasileiro em relação à expansão do ensino superior foram direitos garantidos primeiramente pela Constituição Federal de 1988, pela LDBEN de 1996, pelo PNE (2001-2010) e pelo PDE (2007) que, por sua vez, redefiniu as ações propostas pelo plano, apresentando o projeto de lei do PNE (2011-2020), projetando nesse documento transformar a educação brasileira. (GHELERE, 2014, p. 45)

Políticas públicas no Brasil para o jovem (conceituação que juventude e essa?)

No âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Juventude é o órgão responsável pelo estabelecimento dos programas e projetos destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Esta secretaria atua na elaboração de políticas públicas para o segmento juvenil municipal, estadual e federal, busca interação com os poderes Judiciário e Legislativo para a construção de projetos e promove espaços para que a juventude participe da construção dessas políticas. Além disso, a Secretaria coordena o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Prouni.

Apontamento das políticas públicas para o jovem no Brasil: estudo da evolução das leis.

Na busca de democratizar o ensino superior nas universidades públicas e privadas, o governo estabeleceu, como uma das metas, a partir do projeto de lei do Plano Nacional de Educação (2011-2020), elevar a taxa líquida de matrícula no ensino superior para 33% da população com idade entre 18 e 24 anos (BRASIL, 2013, p. 13).

Segundo o Censo da Educação Superior, apenas cerca de 14,6% dessa população se encontra matriculada neste nível de ensino (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011). Objetivando a ascensão social para conquistar espaços até então inacessíveis, estudantes oriundos das camadas populares, a partir do ingresso no ensino superior, estão tendo a possibilidade de reivindicar melhores condições de vida por meio do acesso à educação.

Atualmente existe um número expressivo de indivíduos que conseguiram adentrar ao ensino superior, entretanto, devido às condições econômicas desfavoráveis, enfrentam, neste espaço, muitas dificuldades que poderiam ser compensadas neste novo cenário caso suas realidades de vida não fossem marcadas por tantas carências. Por outro lado, mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior, existe ainda um grande número de jovens e adultos egressos do ensino médio que não conseguiram conquistar seu espaço.

O FIES, o PROUNI e o acesso ao jovem ao ensino superior.

A estruturação do FIES e do PROUNI trazem um impacto considerável na educação brasileira. Tais mudanças ocorrem não só ao longo dos programas, mas trazem impactos no ingresso de jovens no ensino superior.

O FIES é um programa federal que busca aumentar o número de vagas disponíveis no Ensino Superior aos jovens em idade universitária que não tenham condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O Fundo financia até 100% do valor da mensalidade à Instituição de Ensino. A origem dos recursos destinados ao programa é de recursos orçamentários do MEC, de recursos das loterias (não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo (PCE) e de retornos financeiros.

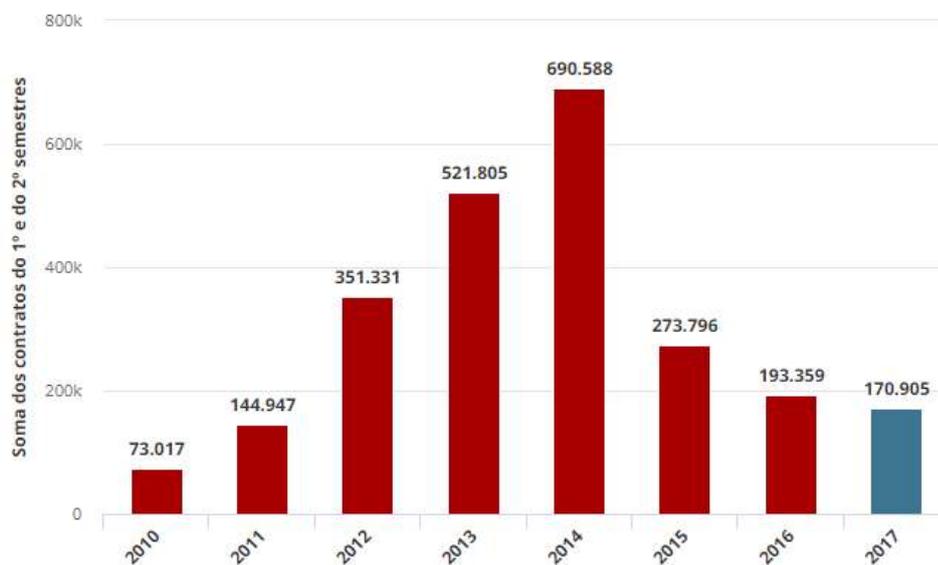
Voltado para o financiamento de cursos de graduação não gratuitos, o FIES foi criado em Criado em 1999, o Fies, entre os programas mencionados, foi o primeiro a ser instituído pelo Governo Federal, sendo regulamentado pela Medida Provisória nº 1.827 (BRASIL, 1999a), inicialmente, e, posteriormente, pelas Portarias MEC nº 860 (BRASIL, 1999b) e nº 1.386/1999 (BRASIL, 1999c) e a Resolução CMN nº 2.647 (BANCO CENTRAL, 1999).

Nos últimos meses, com a Medida Provisória 785/2017, estão previstos três tipos de financiamento, sendo que 100 mil vagas serão ofertadas com recursos públicos, que terão juro zero e serão voltadas a estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar de três salários mínimos. As outras duas modalidades serão financiadas com recursos dos fundos constitucionais regionais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O que se pode ver, no quadro seguinte, é que, com a reestruturação das regras do financiamento, também a contratação tem caído.

Novos contratos do Fies

Veja a evolução histórica com o total de novos contratos ano a ano, desde 2010



Fonte: FNDE, via Lei de Acesso à Informação

De acordo com o MEC, em 2010, o Brasil tinha 2.365 IES privadas com cerca 6 milhões de alunos regularmente matriculados. No Brasil, as instituições particulares representam cerca de 90% das IES, isso mostra a importância do financiamento estudantil para os estudantes, já que a quantidade de IES privadas é maior do que a quantidade de IES públicas. Em 2011, o total de estudantes com algum financiamento, reembolsável ou não, alcançou 1,5 milhões de alunos.

PROUNI

Ao buscar-se por pesquisas que apresentam análises do Prouni, encontramos dentre os estudos o de Santos (2011), que teve como objetivo analisar a inserção universitária e os aspectos da trajetória dos bolsistas do Programa Universidade para Todos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A partir de questionários e entrevistas, a autora procurou examinar em que medida o programa promove o acesso de estratos pouco representados ao ensino superior, assim como buscou investigar os principais fatores que

influenciaram na tomada de decisão desses bolsistas,

atentando em especial para o lugar assumido pelo Prouni em suas trajetórias.

Também em Simões (2011) visualizamos a análise realizada sobre o programa Prouni buscando aprofundar os estudos que envolveram possíveis mudanças na vida dos sujeitos com o ingresso no ensino superior. O autor buscou verificar se a partir do Prouni ocorreram ou não mudanças na vida desses sujeitos. Esse estudo evidenciou a compreensão dos vínculos entre as ações particulares e o contexto em que estas se dão.

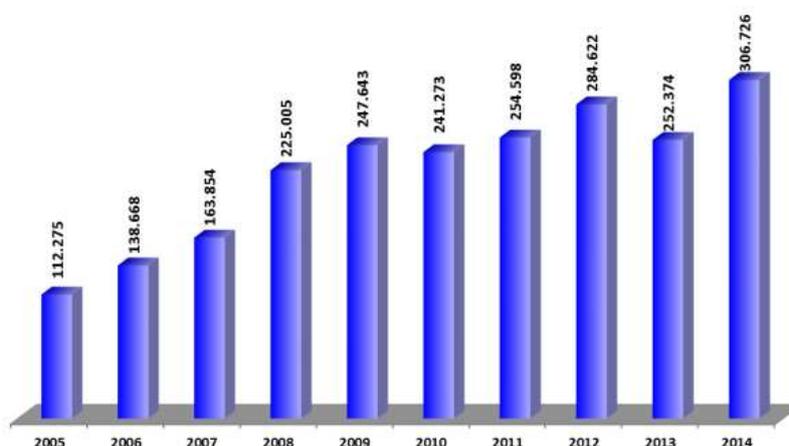
Já em Pereira Filho (2011), por meio de questionário eletrônico enviado aos bolsistas, o autor objetivou discutir o perfil dos jovens universitários bolsistas do Prouni da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O trabalho resultou na elaboração de um perfil dos estudantes destacando a distribuição geográfica, as características de gênero, etnia e deficiências, composição familiar, relações sociais dos bolsistas dentro e fora da universidade e as opiniões e estratégias adotadas por eles para se manterem na universidade.

Já Pinto (2010) propôs-se a investigar o Prouni enquanto uma política de inclusão na Educação Superior com o intuito de averiguar se a presença dos bolsistas desse programa impacta a qualidade de ensino nas instituições que os acolhem tomando como foco uma universidade da região Sul do Brasil.

De acordo com o Sisprouni, entre 2005 e 2014, a concessão de bolsas trouxe um novo cenário à educação superior brasileira.

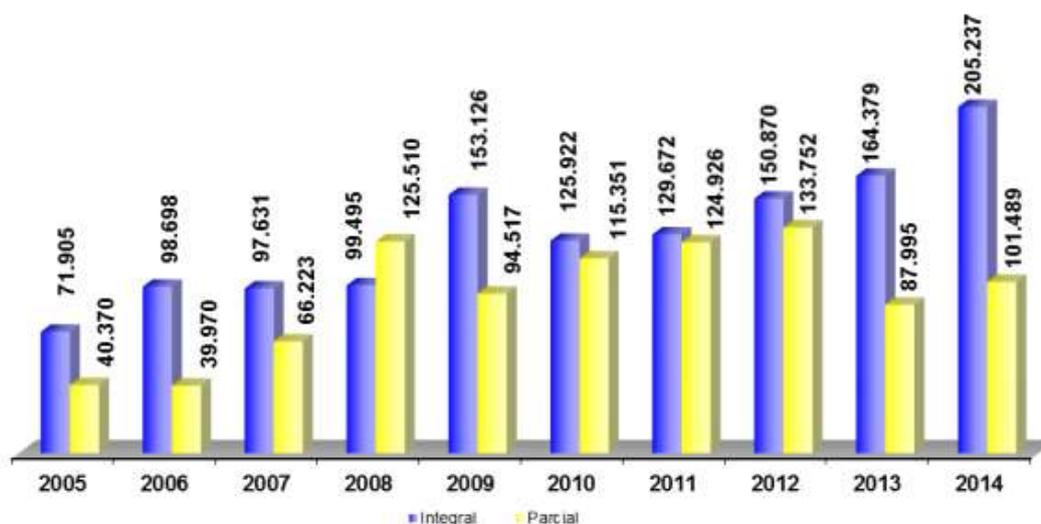
PROUNI
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Bolsas ofertadas por ano



Pode-se verificar que a concessão de bolsas teve o número quase triplicado em nove anos de existência do programa. Isso trouxe ao jovem brasileiro a possibilidade de inclusão social, uma vez que é direcionado às minorias desfavorecidas.

Outro dado importante do Sisprouni refere-se ao número de bolsas integrais, o que oportuniza maiores condições de acesso ao ensino superior.



Fonte: Sisprouni 2015
Prouni 2005-2º/2014

Muitas são as características que diferem os países desenvolvidos dos demais. Entre elas estão a riqueza, o PIB - Produto Interno Bruto, a diferença entre ricos e pobres, a infraestrutura em educação, em saúde, em logística e transportes, em justiça, o emprego, a geração e oferta dos serviços, o endividamento e a capacidade de honrar seus compromissos financeiros, a credibilidade de suas instituições, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, entre outros.

Milone (1998 apud OLIVEIRA, 2002, p. 40) explica que o “desenvolvimento é medido pelos indicadores de renda, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte”.

Sobre desenvolvimento, complementa Oliveira (2002):

O desenvolvimento pode ser visto como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e,

principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outros. (OLIVEIRA, 2002. p. 40)

Atualmente, um fator preponderante para o desenvolvimento de um país e de sua sustentabilidade é o domínio das tecnologias. E este domínio está diretamente ligado à sua capacidade de geração e domínio do conhecimento a partir da intensificação do acesso ao ensino.

CONCLUSÃO

No Brasil, houve uma ampliação da quantidade de vagas ofertadas no setor privado, possibilitada principalmente pelo PROUNI e pelo FIES, que se constituem políticas públicas que possibilitam a inclusão de estudantes que não podem arcar com os custos de uma IES privada. O objetivo deste trabalho foi trazer uma reflexão acerca das políticas públicas para a juventude, especialmente as de acesso ao ensino superior. O propósito foi trazer uma revisão bibliográfica acerca do assunto, o que pode encaminhar para uma pesquisa em campo em uma nova etapa de estudos.

Referências

AGUM, R. R., RISCADO, P. E.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, 3(2), 12-42, 2015. Disponível em <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67/63>> acesso em 20 de agosto de 2018.

APRILE, M. R; BARONE, R. L. M. Educação superior: políticas públicas para inclusão social, **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “A juventude é apenas uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de S. Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37- 48, maio/agosto. 2002. Disponível em: http://www.fae.edu/publicaces/pdf/revista_da_fae/v5_n2/uma_discussao_sobre_pdf

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior 2015**. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2018.

SANTOS, Clarissa Tagliari. **A chegada ao ensino superior: o caso dos bolsistas do Proni da PUC-Rio**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

ZACARIOTTI, Marluce. **(In)visibilidades das juventudes pós-modernas: trilhas estéticas na cibercultura**. Curitiba: Ed. CRV, 2017.

WU, X; RAMESH, M; HOWLLET, M; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap. 2014.

Recebido em 18 de junho de 2018.
Aceito em 30 de setembro de 2018